
Estratégia Programática do Instituto Clima e Sociedade (iCS)

2026 – 2030

Nota: Este documento foi elaborado como insumo final sobre a lógica vertical e os componentes-chave da nova Estratégia Programática do Instituto Clima e Sociedade (iCS).

A visão, missão, eixos estratégicos e objetivos incluídos nessa estratégia correspondem àquelas aprovadas pelo Conselho Deliberativo nas reuniões de 30 junho - 1º julho de 2025.

As frentes de atuação foram apresentadas e debatidas no workshop facultativo com conselheiros, realizado em 22 de agosto de 2025, e posteriormente na reunião do Conselho Deliberativo em 10 de setembro de 2025.

A partir dos comentários e contribuições recebidos nessas ocasiões, foi possível consolidar a versão final da Estratégia Programática do iCS, que foi submetida para aprovação do Conselho Deliberativo em dezembro de 2025.

Atualizações pontuais e adições ao material foram feitas em setembro de 2026.

Índice

1. Introdução	4
2. Contexto e desafios da agenda climática	7
3. Propósito, visão e missão do iCS	16
4. Abordagem do iCS: Eixos e objetivos estratégicos	17
5. Foco operacional do iCS: Frentes de atuação, marco lógico e resultados	21
Anexo I. Tabelas de <i>outcomes</i> e indicadores por frente de atuação	26

1. Introdução

O Instituto Clima e Sociedade (iCS) é parte das instituições criadas pela filantropia, nacional e internacional, no esforço global de enfrentamento à mudança do clima. O iCS promove a contribuição brasileira à redução das emissões, locais e globais, de gases de efeito estufa (GEE), articulada à adaptação e resiliência da sociedade aos impactos climáticos. As abordagens adotadas buscam maximizar os benefícios socioeconômicos desse enfrentamento para a construção de um futuro próspero e sustentável. Assim, para atender melhor às metas da agenda climática, enquanto faz parte da solução para alguns dos desafios globais mais urgentes, a atuação do iCS foca na implementação de ações em adaptação, mitigação e construção de resiliência climática, procurando contribuir com impactos sustentáveis que resistam aos ciclos políticos no âmbito nacional e internacional.

O escopo dessa atuação inclui projetos *multistakeholder* e articulações com setor privado, governos e sociedade civil, investindo em capacitação de parceiros e construção de ferramentas para mitigação e adaptação pela sociedade. A alocação de recursos procura não só impacto climático, mas também social, combinando potencial de redução de emissões, remoção e fixação de carbono atmosférico, com geração de renda, oportunidades, equidade, e inclusão, para garantir uma transição climática justa.

Diante desse escopo tão amplo, torna-se indispensável fornecer um marco de ação que permita guiar a tomada de decisões e aumentar a possibilidade de produzir resultados relevantes e tangíveis. Em resposta a essa necessidade, o iCS desenvolveu uma nova estratégia institucional, visando maximizar o impacto de sua atuação, fortalecendo suas metas e concentrando-se na eficácia do que faz. A respeito, seguem algumas considerações relevantes:

- A estratégia se fundamenta no trabalho analítico sobre o posicionamento do iCS em várias áreas críticas, particularmente no trabalho realizado em 2024 e 2025 para avaliar o contexto atual, as principais reformas associadas a ele e os avanços do iCS em domínios relacionados.
- A estratégia foi elaborada por um robusto processo interno, com participação e envolvimento de membros das diferentes áreas do iCS no desenvolvimento das definições chave para os principais elementos da estratégia, bem como sua visão para o futuro. Grupos de trabalho internos foram formados para preparar

contribuições técnicas e propor objetivos e linhas de ação em uma variedade de áreas orientando o trabalho.

- A estratégia atende à necessidade de evoluir o modelo do iCS para fortalecer seu papel na agenda climática, enfrentando desafios e ajudando a prevenir, se preparar, responder e se recuperar de crises relacionadas ao clima. Ela também abraça a necessidade de aumentar a mobilização de recursos públicos e capital privado, trabalhando sinergicamente como parte do sistema, com o alvo de oferecer soluções coordenadas para lidar com os riscos climáticos.
- Esta estratégia será revista periodicamente, para incorporar tanto as mudanças de contexto, como a evolução dos objetivos e frentes de atuação da instituição.

A nova estratégia institucional do iCS é estruturada em torno de três elementos principais: i) seu propósito, missão e visão; ii) a abordagem institucional integral, sob uma estrutura setorial cruzada com temas transversais (*eixos estratégicos*); e iii) o modelo operacional, vinculado à focalização de capacidades técnicas e financeiras em ações prioritárias (*frentes de atuação*) diante do contexto dinâmico no qual opera.

A estratégia oferece um roteiro coerente para orientar o iCS nos próximos anos, alinhando-se com a agenda climática nacional e internacional, e com metas globais concretas, como as vinculadas à Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Ela posiciona o iCS para realizar seu fim último de contribuir para o enfrentamento das mudanças climáticas através de uma abordagem sistêmica que permita construir pontes entre diferentes setores e ecossistemas, essencial para que a descarbonização da economia brasileira se traduza em oportunidades de desenvolvimento socioeconômico do país.

Importante ressaltar que, institucionalmente, a nova estratégia articula os níveis de governança e a busca de objetivos estratégicos com a necessária flexibilidade operativa para o tempestivo ajuste de contribuições-alvo específicas, atividades priorizadas e planos sob cada frente de atuação, a fim de se alinhar às mudanças de contexto. No momento, e no futuro imediato, o quadro é de relativa volatilidade no campo climático, devido a fatores macroeconômicos e geopolíticos globais. Os ajustes que refletem essa volatilidade se dão por revisão periódica das áreas de foco operacional e suas contribuições específicas, que estão organizadas em *frentes de atuação*, apresentadas na Seção 5 deste documento.

Após esta introdução, a Seção 2 fornece uma visão geral do contexto para elaboração da estratégia, concentrando-se nos desafios enfrentados pelo país na

época de sua elaboração, e a posição do iCS com relação a eles. A Seção 3 apresenta o propósito, a missão e a visão do iCS. A Seção 4 descreve a abordagem da ação integral do iCS, ou seja, a estrutura sob a qual funcionará, baseada em cinco *eixos estratégicos*, e objetivos associados a cada um deles. A Seção 5 delinea o conjunto de áreas de foco operacional para o iCS, denominados *frentes de atuação*, cada um deles vinculado a resultados diretos, denominados *outputs*, e mudanças sistêmicas às quais o iCS pretende contribuir indiretamente, denominados *outcomes*, em linha com o objetivo do eixo.

2. Contexto e desafios da agenda climática

Para compreender o fundamento da formulação da nova estratégia é necessário, primeiramente, repassar o que está acontecendo no campo climático durante sua elaboração. Trata-se de um contexto temporal, com condições estruturantes (como marco de política e regulatório), planos nacionais (como o Plano Clima), compromissos internacionais (como as *Nationally-Determined Contributions, NDC*), eventos de relevância maior (como a presidência brasileira da COP30), e outros, que podem influenciar grandemente em mudanças desse contexto.

O potencial do Brasil no âmbito internacional volátil.

A crise climática se aprofunda pelo crescimento das emissões de GEE, num contexto global de múltiplas crises. Além da saída do governo dos Estados Unidos do Acordo de Paris, o maior uso dos orçamentos nacionais para gastos em defesa nos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), com exceção da Espanha, reduz o espaço fiscal para a cooperação ao desenvolvimento e financiamento climático e investimentos em mitigação e adaptação à mudança do clima. Adicionalmente, a guerra comercial-tarifária e a persistência das guerras regionais corroem o multilateralismo, que é o terreno para ações colaborativas entre nações de enfrentamento à maior ameaça global contemporânea.

O quadro político nacional e internacional é de relativa volatilidade, com a filantropia privada concentrando-se em regiões, temas e setores que minimizem os riscos reputacionais e ofereçam maior impacto em seus investimentos. Nesse aspecto, ganha prioridade o foco de compensar a redução da cooperação internacional em apoio a países com menor renda e maiores vulnerabilidades sociais, econômicas e climáticas.

Por outro lado, os crescentes impactos econômicos e sociais dos eventos climáticos mais frequentes e intensos, associados à urgência global de mitigar as emissões de GEE, abrem espaço para que a transição climática traga oportunidades ao Brasil para superar o quadro de desigualdade, com o uso responsável de seus recursos naturais na construção de uma economia resiliente, próspera e sustentável. De um lado, a população, de mais de 213 milhões de pessoas (IBGE, agosto 2025), abriga graves disparidades sociais e territoriais. Por exemplo, cerca de 60% dos brasileiros negros

vivem abaixo da linha da pobreza (IPEA, 2023) e 36 milhões de pessoas ainda não têm acesso às redes de distribuição de água tratada (SNIS, 2022), concentrados principalmente nas regiões Norte e Nordeste do país. Ao mesmo tempo, o Brasil reúne 20% da biodiversidade mundial (MMA, 2024), 12% da água doce superficial do planeta (ANA, 2022) e uma matriz elétrica composta por mais de 83% de fontes renováveis, frente a uma média global de 28% (EPE, 2024; IEA, 2023). Além disso, a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) calcula que o potencial para geração eólica offshore (700 GW), por exemplo, supera em duas vezes a demanda nacional de eletricidade até 2050. Hoje, o país tem mais de 100 GW de potência renovável outorgada (eólica e solar) ainda pendente de operação. Essas vantagens posicionam o país como um potencial líder na transição verde, com destaque para soluções baseadas na natureza, energia renovável, reindustrialização de baixo carbono e expansão da bioeconomia.

No entanto, os desafios são significativos. O setor de uso da terra segue sendo o maior emissor de GEE, representando 48% das emissões nacionais (SEEG/OC, 2023), a indústria e os transportes permanecem com baixa eficiência energética (IEA, 2023), as usinas renováveis enfrentam crescentes cortes de geração, principalmente em função de falta de demanda (ONS, 2025), e a governança climática nacional ainda carece de integração, coordenação federativa e participação social efetiva (FGVces, 2023). Além disso, o país já sofre os efeitos da crise climática, com aumento da frequência de eventos extremos como secas, enchentes e ondas de calor (IPCC, 2022; Cemaden, 2024), que afetam principalmente populações vulnerabilizadas e aprofundam desigualdades históricas.

A combinação entre vantagens comparativas e desafios cria a oportunidade para o país implementar programas de desenvolvimento, a exemplo do Plano de Transformação Ecológica (MF, 2024), que fomentem uma economia de baixo carbono com transformações no parque produtivo industrial e na criação de novos serviços com qualificação da força de trabalho, para uma sociedade menos desigual e de maior poder aquisitivo, próspera e sustentável. Evidentemente, os vários programas possíveis, dados os recursos naturais, humanos e financeiros disponíveis regional e nacionalmente, têm de ser equacionados com os poderes públicos e organizações da sociedade civil locais, uma vez que a evolução da economia é um processo sujeito tanto a fatores globais/externos quanto locais. É previsível ainda que tais programas dependam da estruturação de meios de implementação nacionais, com destaque para a captação de investimentos (finanças e seguros), do preparo à incidência de eventos climáticos adversos à infraestrutura e atividades econômicas, além da construção antecipada de ambiente regulatório propício à condução, por agentes públicos e privados, dos empreendimentos em uma economia em crescimento, com maior equipartição de benefícios. Conflitos distributivos são um dos muitos desequilíbrios

que planos de desenvolvimento socioeconômico têm de superar.

Nesse processo de desenvolvimento, o iCS se posiciona como parte essencial do universo filantrópico brasileiro, capaz de apoiar ações transformadoras da realidade social que combinem a resposta à crise climática –mitigação, adaptação e aumento da resiliência climática– com geração de empregos, renda e melhoria da qualidade de vida, principalmente das parcelas vulnerabilizadas da população.

Nos próximos cinco anos, o compromisso brasileiro com o Acordo de Paris está expresso na NDC 2024, por uma trajetória que reduza as emissões totais de GEE, até 2035, entre 59% e 67% das existentes em 2005¹. Por este compromisso, as emissões, que em 2023 alcançaram 2.296 milhões de toneladas de CO₂ equivalente (SEEG, 2025), cairiam até 2035 para um total entre 1.050 e 850 milhões de toneladas de CO₂ equivalente.

Considerações principais da agenda climática no Brasil.

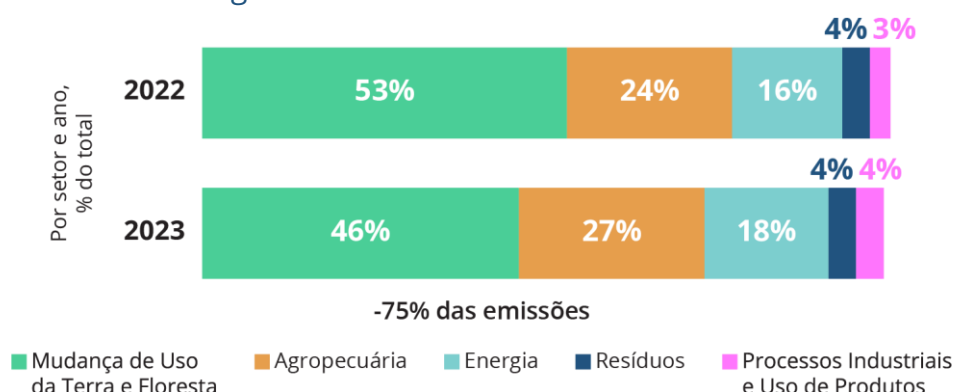
No ranking mundial de emissões de GEE, o Brasil ocupa o quinto (5º) lugar, sendo fundamental para as metas globais de net-zero. Globalmente, os setores de energia, transporte e indústria lideram as emissões e são chaves na agenda climática internacional. No Brasil, o setor chave para a redução de emissões do país é o par uso da terra e agropecuária. Ele representa quase 75% das emissões brasileiras, ao passo que no mundo, equivale a 25% das emissões globais. O desmatamento, ou conversão de florestas em terras agrícolas, principalmente pasto, respondeu por 46% da emissão total em 2023² (Figura 1), o que explica a prioridade dada ao combate ao desmatamento³ pelo governo federal no Plano Clima, ora em fase final de consulta pública. De outro lado, os setores de energia, indústria e transporte, mesmo com menor peso nas emissões brasileiras de GEE, voltaram a crescer com vigor em 2023 (pós-pandemia), puxados pelo recorde de consumo de diesel e gasolina no transporte. O eventual sucesso da meta brasileira de zerar desmatamento ilegal até 2030, dará maior relevância aos setores de energia, indústria e transporte, como já se verificou no passado recente (2009 a 2018) com a redução das emissões por desmatamento a valores próximos de 800 milhões de toneladas anuais de CO₂ equivalente.

¹ 2.560 milhões de toneladas de CO₂ equivalente. Emissão total em 2025.

² 1.056 milhões de toneladas de CO₂ equivalente. Emissão por mudança de Uso da Terra e Floresta.

³ A meta oficial é interromper o desmatamento ilegal por medidas de comando-controle. Ela é consensual em todos os foros. Alguns movimentos ou segmentos defendem a interrupção do desmatamento legal com mecanismos de compensação aos proprietários dessas áreas, que não é algo consensual.

Figura 1. – Emissões brasileiras de GEE



Fonte: Elaboração iCS, com dados da SEEG, *Climate Trace*, MapBiomass

Adaptação à mudança do clima é prioridade simultânea e combinada à mitigação, pelo agravamento da crise climática perante a insuficiência da redução das emissões de GEE. O aumento de 2,3% nas emissões observado em 2024, comparado a 2023, foi simultâneo ao aumento das ocorrências de ondas de calor, incêndios florestais e secas prolongadas, para citar apenas alguns dos impactos climáticos verificados (Emissions Gap Report, UNEP, 2025). No Brasil, além do desastre no estado do Rio Grande do Sul em 2024⁴, há inúmeras ocorrências e fatalidades registradas em todas as áreas –saúde, infraestrutura, produção de alimentos– que já mobilizam gestões municipais e estaduais de reforço a ações de defesa civil. O previsível, com o aumento da frequência e intensidade dos eventos climáticos extremos, é a insuficiência dessas medidas correntes. O Plano Clima, incluído seu Plano Nacional de Adaptação, necessita ainda de sólidos mecanismos e meios de implementação e, principalmente, de um olhar renovado sobre as parcerias público–privadas (PPPs) na inclusão da adaptação e resiliência como componentes estruturais e na criação de um melhor ambiente econômico, jurídico, regulatório e de legitimidade social para a identificação e escolhas pró-clima do setor privado.

O Brasil vive um momento particular de liderança em fóruns multilaterais e espaços de negociação desde 2023, com a Cúpula da Amazônia, reforçados pela presidência do G20 em 2024 e pelas presidências do BRICS+ e da COP 30, ambos em 2025.

4 Em maio de 2024 foram acumulados 652 mm de chuva, cerca de seis vezes o volume habitual para o período, nas bacias hidrográficas do norte do estado. Esse volume atípico de precipitação resultou em inundações severas, com alto potencial destruidor, que deixaram regiões alagadas por mais de 30 dias. As consequências foram catastróficas, com parte majoritária dos municípios atingidos diretamente, 184 vidas perdidas, mais de 500 mil pessoas desabrigadas, grandes perdas patrimoniais e severos danos à infraestrutura pública e privada.

Considerando que a agenda climática está no centro da agenda geopolítica atual, essa relevância do país nos debates internacionais, ao mesmo tempo em que resgata o protagonismo brasileiro no tema, também alavanca debates nacionalmente, para que o país empenhe esforços na adoção de boas práticas e possa passar a liderar também pelo exemplo.

O papel do iCS até hoje e destaques a partir da perspectiva do Instituto.

O iCS desempenha um papel fundamental no Brasil como fonte de financiamento e engajamento da sociedade para abordar de forma colaborativa os desafios climáticos locais, regionais e globais. Como instituição filantrópica, tem contribuído para o fortalecimento da agenda climática do Brasil desde 2015, adotando uma abordagem sistêmica para garantir que a descarbonização da economia brasileira se traduza em oportunidades para o desenvolvimento socioeconômico do país. O iCS colabora de perto com uma ampla rede de doadores e parceiros, oferecendo suporte financeiro, expertise e conhecimento tanto para instituições e agentes do setor público, quanto do setor privado e a sociedade civil.

Desde sua criação, em 2015, até 2025 o iCS concedeu 1.100 doações, um montante de R\$580 milhões, para 430 organizações apoiadas em todas as regiões do Brasil. Além disso, o iCS estrutura sua atuação considerando não só o potencial de redução de emissões, mas também o impacto social necessário para uma transição justa, e a capacidade para adaptar sua atuação em função de mudanças no contexto político nacional ou avanços e compromissos da agenda climática global, ajustando prioridades, realocando recursos e reorientando o foco, essencial para manter sua atuação relevante, eficaz e impactante frente aos desafios da agenda climática.

A fim de fundamentar como a nova estratégia foi orientada, de forma geral, consistentemente com o contexto no momento de elaboração, seguem os principais destaques em 2025 através da perspectiva das áreas centrais nas quais o iCS concentra sua atividade, denominados *eixos estratégicos*, segundo apresentado na Seção 4 deste documento.

Uso da terra

A atual agenda internacional de transição para sistemas agroalimentares regenerativos, saudáveis e inclusivos está estruturada em torno de três objetivos: restauração de áreas degradadas e agricultura sustentável, sistemas alimentares

mais resilientes, adaptados e sustentáveis, e acesso equitativo a alimentos e nutrição adequados a todos. A rastreabilidade é um elemento fundamental à transparência nas cadeias produtivas, garantindo atendimento à crescente demanda dos mercados consumidores e favorecendo atração de maior volume de recursos por investidores. A rastreabilidade ajuda a prevenir práticas ilegais de uso da terra e manipulação de dados produtivos. Iniciativas nacionais, subnacionais e privadas podem contribuir para alcançar uma produção agrícola rastreável, sustentável e mais resiliente ao clima, com possibilidades de colaboração com outros países e ampliação de mercados.

Quando voltamos o nosso olhar à bioeconomia, vemos o setor começando a ganhar evidência, no Brasil e no mundo. Os princípios de alto nível sobre bioeconomia, adotados sob a presidência brasileira do G20, posicionaram o setor como fundamental à transição para uma economia mais inclusiva, de baixo carbono, positiva para a natureza e resiliente ao clima. O potencial do Brasil e de outros países do sul global é enorme. Na bioeconomia da biomassa a recuperação de milhões de hectares de áreas degradadas com práticas regenerativas da agropecuária pode gerar bilhões de dólares em resultados financeiros, enquanto captura carbono, reabilita o potencial produtivo das terras, reduz pressão de expansão sobre a vegetação nativa, e favorece a segurança alimentar. Na bioeconomia tecnológica, por ser um dos países mais biodiversos do mundo, o Brasil tem imensa vantagem competitiva. Enquanto na bioeconomia ecológica, ou socio-bioeconomia, a possibilidade de escalar a produção está nos milhões de hectares de vegetação nativa conservados no país, assim como na riqueza cultural e capacidade produtiva dos Povos Indígenas, Quilombolas, Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares (PIQCTAFs). O impulso à bioeconomia é fator essencial para a manutenção de serviços ecossistêmicos fundamentais aos demais setores econômicos, assim como ao bem-estar humano.

A estratégia do iCS visa apoiar a elaboração desta agenda de maneira tecnicamente robusta, coerente e envolvente.

Transição energética, industrial e de transportes

O Brasil possui vantagens únicas para liderar a transição energética global, com cerca de 85% da matriz elétrica (capacidade instalada, agosto de 2025) e quase 50% da matriz energética provenientes de fontes renováveis. No entanto, enfrenta desafios de infraestrutura, regulação e demanda industrial para sustentar esses níveis de renovabilidade e transformar energia limpa em desenvolvimento produtivo e territorial. O país também é líder no mercado de biocombustíveis, figurando entre potenciais fornecedores de combustíveis sustentáveis, como o

Sustainable Aviation Fuel (SAF) e e-metanol, para o transporte internacional de baixo carbono. Contudo, a harmonização com critérios internacionais de sustentabilidade, contabilidade de carbono e produção em larga escala ainda são desafios a serem superados. O Brasil também desponta na agenda de minerais críticos, com reservas relevantes de metais como lítio, níquel e terras raras. Em acelerada ascensão, o tema impõe a necessidade de políticas que integrem industrialização verde, rastreabilidade e sustentabilidade socioambiental, garantindo uma transição energética que seja também econômica, justa e soberana.

Neste contexto, a perspectiva do iCS é de que a transição energética é uma agenda central para o desenvolvimento socioeconômico do país, bem como para acelerar e reduzir o custo da transição global. Isso inclui atuação na qualificação técnica para promoção de arcabouço político-institucional, mecanismos financeiros, arranjos interinstitucionais para diálogo técnico, cooperação internacional voltada à superação de barreiras para atração de investimentos, e implementação de pilotos. Igualmente, o iCS procura explorar seu potencial de desenvolver modelos de descarbonização, com foco especial em cadeias de valor locais, intensificar suas atividades na região Nordeste, no contexto da agenda de *powershoring*, bem como promover combustíveis de baixa emissão como um caminho para a descarbonização do transporte.

Política climática e arcabouço institucional

O Brasil está avançando na implementação do seu Plano Clima, a principal ferramenta do país para desenvolver sua NDC e outros compromissos climáticos. O Plano Clima inclui pilares setoriais de mitigação, adaptação e várias áreas transversais sobre as quais está desenvolvendo uma estratégia operacional por meio de Metas de Implementação (MOI). O governo também está avançando na regulamentação dos mercados de carbono, com a criação de uma agência especial (o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões, SBCE) com deveres de regulação, e de um órgão de certificação de créditos de carbono, e desenvolvimento de regulamentos e diretrizes para governar o sistema. Internacionalmente, lidera uma proposta para a criação de uma coalizão de países interessados em integrar seus mercados de carbono e atividades alinhadas com o Mecanismo de Crédito do Acordo de Paris (PACM).

Ainda no plano internacional, após três anos de presidência dos mais relevantes fóruns –COP30, BRICS+, G20 e Cúpula da Amazônia– os próximos anos serão de fortalecimento do papel do Brasil como ator relevante no multilateralismo, não só para dar sequência às inovações trazidas em sua condução desses espaços, mas também por seu papel estratégico e inserção em cadeias de valor para transição energética e segurança alimentar. O foco será a continuidade do monitoramento de

espaços internacionais para além da *United Nations Framework Convention on Climate Change* (UNFCCC) e maior integração da estratégia internacional com as estratégias setoriais. Adicionalmente, em âmbito internacional, mas com possíveis impactos domésticos, a Corte Interamericana de Direitos Humanos e a Corte Internacional de Justiça emitiram opiniões consultivas reconhecendo a emergência climática como uma ameaça aos direitos humanos, impondo aos Estados a obrigação de proteger o sistema climático ⁵⁵.

Ainda assim, há desafios relevantes. É necessário aprimorar as estruturas regulatórias e viabilizar a implementação de políticas públicas relevantes para a agenda de clima, como o Código Florestal, por meio do fortalecimento de infraestruturas digitais públicas, automação de processos, e criação de marcos regulatórios inovadores, além de fortalecer instrumentos estratégicos da política climática, como o licenciamento ambiental.

Nessa agenda, a estratégia do iCS concentra-se em apoiar a construção de um ambiente institucional robusto, baseado em insumos técnicos e na participação de atores-chave nos níveis nacional, subnacional e internacional. Para isso, mobiliza agentes governamentais, sociedade civil, sistema de justiça e setor privado, além de fortalecer instrumentos de financiamento climático. O objetivo central é consolidar a agenda climática como política de Estado, garantindo sua continuidade independentemente de ciclos governamentais, por meio do fortalecimento institucional, regulamentação de planos existentes e viabilização de instrumentos econômicos e fiscais para a transição climática.

Engajamento, Agentes de Mudança e Governança Climática

A crise climática não afeta a todos da mesma maneira. Seus impactos se distribuem de forma desigual entre territórios e populações, aprofundando vulnerabilidades históricas e desigualdades. Nesse cenário, emergem lideranças, movimentos e organizações que transformam essas realidades em ação coletiva, mobilizando respostas locais e incidindo sobre o debate público. A estratégia do iCS busca reconhecer e fortalecer esse protagonismo por meio de fortalecimento de capacidades, da articulação de redes e da produção de conhecimento qualificado, trabalhando para ampliar a presença e a influência de atores estratégicos nos espaços de governança, apoiar planos institucionais de longo prazo, e fomentar políticas e ações baseadas em evidências. Igualmente, trabalha na integração de organizações com diferentes saberes e atuações, para consolidar um ecossistema diverso e

⁵ Opiniões Consultivas desses órgãos do sistema judiciário internacional, são formas de inscrever as obrigações dos Estados Nacionais no âmbito multilateral.

articulado, capaz de traduzir a agenda climática em ações concretas e socialmente legitimadas, bem como na comunicação, com papel central nesse processo, ampliando a visibilidade das narrativas produzidas por esses grupos, garantindo que informações corretas e baseadas em ciência prevaleçam no debate público, e aproximando o tema climático da vida cotidiana das pessoas.

3. Propósito, visão e missão

O propósito descreve a razão de existir do iCS, enquanto a missão se refere ao que fazemos para cumprir o propósito. Já a visão indica o que acontecerá se o propósito for cumprido.

PROPÓSITO

Contribuir para tornar o Brasil próspero e justo com soluções climáticas que o mundo precisa.

MISSÃO

Orquestrar o campo climático brasileiro para transformar conhecimento e recursos em ações estruturantes de mitigação, adaptação e resiliência.

VISÃO

Um Brasil que contribui para a descarbonização global gerando prosperidade e reduzindo desigualdades.

A expectativa é que essas declarações de propósito, missão e visão do iCS orientem a atuação junto a donatários e parceiros, servindo como guia e força integradora para todos os membros da organização.

Reiterando seu compromisso com um futuro mais justo e descarbonizado, o iCS persegue sua missão promovendo agendas de ação nos âmbitos nacional e global em consonância com os objetivos de seus *eixos estratégicos*, segundo detalhado na Seção 4. Transversalmente ao cumprimento de seus objetivos estratégicos, o iCS reitera seu apoio ao cumprimento da agenda internacional climática, e a iniciativas que auxiliem a evolução do país para um provedor de soluções mais sustentáveis ao desenvolvimento, a partir da construção de um plano nacional climático consistente e inovador, que integra ações de mitigação, adaptação e transição para uma economia de baixo carbono, em resposta aos desafios impostos pelas mudanças climáticas.

4. Abordagem do iCS: Eixos e objetivos estratégicos

Cinco *eixos estratégicos* em linha com seu diagnóstico do contexto.

Para enfrentar o desafio multifacetado descrito acima, o iCS se organiza em eixos estratégicos, definidos como áreas centrais nas quais o iCS concentra suas atividades, esforços e estratégias, relacionadas com as principais causas e soluções para as mudanças climáticas no Brasil. Assim, os eixos estratégicos definem campo e contexto específicos de atuação relevantes para a realização da missão do iCS.

Segundo apontado anteriormente, em termos setoriais, o uso da terra e agropecuária hoje concentram a maior parte das emissões do Brasil, mas os setores de energia e indústria ganharão relevância na medida em que as emissões por mudança do uso da terra declinarem no quinquênio 2026 - 2030. Olhando para os próximos cinco anos, a economia precisa crescer na sua transição para baixo carbono, preferencialmente nos segmentos que, hoje, são de maior emissão. No uso da terra e agricultura (*eixo estratégico 1*), a restauração e uso sustentável de florestas, com agricultura regenerativa e incremento de atividades econômicas resumidas na bioeconomia, são complementos indispensáveis à eliminação permanente do desmatamento. Igualmente, no âmbito energético (*eixo estratégico 2*), o aumento de parques eólicos e solares fotovoltaicos no semiárido brasileiro ainda precisa ser complementado pela instalação de novas atividades eletrointensivas, geradoras de empregos e renda, através de transformações resumidas por *powershoring*.

Além disso, para que essas transformações ocorram, é essencial investir de forma transversal no fortalecimento de políticas climáticas, regulamentações e instituições eficazes (*eixo estratégico 3*), assim como no engajamento ativo da sociedade (*eixo estratégico 4*), para garantir políticas públicas mais robustas, eficazes e conectadas com a realidade das populações. A institucionalização de políticas climáticas para que estas sobrevivam à ciclos políticos e a inserção de critérios climáticos no planejamento macroeconômico, orçamentário e nas finanças públicas do país são aspectos fundamentais dessa transversalidade, para definir metas e instrumentos, e orientar investimentos que permitam uma implementação de longo prazo da agenda climática. A estratégia de atuação de um movimento climático no país só é efetiva quando construída coletivamente, e o engajamento da sociedade civil é peça-chave

para o êxito desse processo, pois ele garante apoio, legitimidade e pressão social para que as políticas saiam do papel e sejam efetivamente implementadas. Ao lado dessas condições viabilizadoras, a atualização tempestiva do ecossistema financeiro e de seguros para um mundo em transição –em que a mudança do clima é o principal driver– é condição essencial.

Por fim, para evoluir junto com a dinâmica do âmbito climático, é importante manter flexibilidade para integrar novas oportunidades e tendências (*eixo estratégico 5*), bem como novos compromissos via decisões da UNFCCC.

Consistentes com o contexto e desafios identificados, cinco (5) *eixos estratégicos* foram estabelecidos para estruturar a atuação do iCS:

Uso da Terra, UT;

Transição energética, industrial e de transportes, ENERGIA;

Política climática e arcabouço institucional, POLIT CLIM;

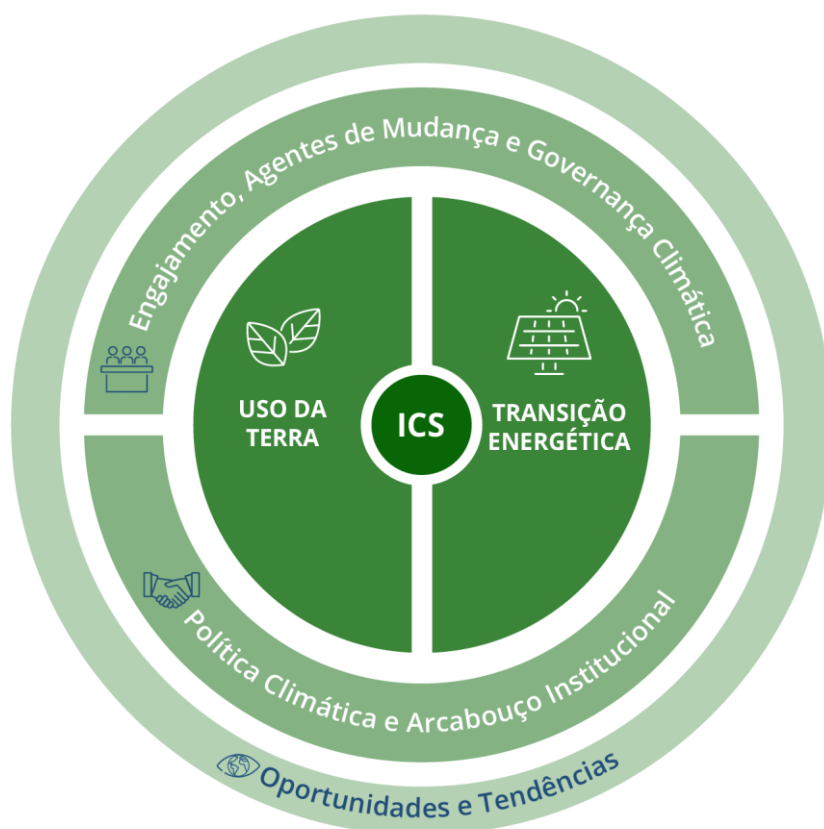
Engajamento, agentes de mudança e governança climática, AGENTES; e

Oportunidades, eixo que abriga iniciativas que não se vinculam a um campo ou contexto específico, mas pertinentes à missão do iCS⁶, OPORTUNIDADE.

Entende-se que os eixos (1) e (2) constituem prioridades setoriais, com ramificações verticais, enquanto os eixos (3), (4) e (5) contêm elementos transversais aos eixos setoriais (Figura 2). Em resumo, o iCS investe em áreas de prioridade vertical, integrando abordagens transversais ao nível dos projetos, visando maximizar seus impactos.

⁶ O eixo OPORTUNIDADE atualmente está voltado para temas transversais como G20, diplomacia, adaptação, entre outros, e sua condução se dá por equipe na Diretoria Executiva.

Figura 2. – Representação da atuação do iCS em eixos estratégicos



Fonte: Elaboração iCS

Cada um dos eixos, estruturadores das ações do iCS, tem um objetivo estratégico. Esses objetivos, com horizonte de cinco anos, representam ambições concretas para a realização de sua missão. Ao mesmo tempo que os objetivos são interconectados e mutuamente reforçadores, a formulação de cada um deles representa “um escopo que o diferencia dos demais, abrangente o suficiente para englobar diferentes focos de atuação sob cada eixo ao longo do tempo”.

EIXO

Uso da Terra, UT

Objetivo: “Apoiar a transição do setor de uso da terra e do sistema agroalimentar rumo a modelos produtivos resilientes de baixo carbono”.

EIXO

Transição energética, industrial e de transportes, ENERGIA

Objetivo: “Promover a descarbonização da matriz e dos sistemas energéticos, industriais e de transporte de forma justa, com segurança e acessibilidade”.

EIXO

Política climática e arcabouço institucional, POLIT CLIM

Objetivo: “Promover ambientes institucionais, regulatórios e econômicos robustos para a implementação de políticas climáticas baseadas em evidências e participação de atores chave”.

EIXO

Engajamento, agentes de mudança e governança climática, AGENTES

Objetivo: “Promover narrativas e iniciativas para impulsionar ações climáticas com redução de desigualdades e fortalecimento de territórios e comunidades”.

EIXO

Oportunidades, OPORTUNIDADE

Objetivo: “Gerar inovação e/ou produtos complementares aos demais eixos, que são oportunidades para o cumprimento da missão do iCS”.

5. Foco operacional do iCS: frentes de atuação, marco lógico e resultados

Alinhamento das prioridades do iCS à conjuntura climática dinâmica.

Para maximizar o impacto, o iCS propõe atividades prioritárias para cada eixo, por meio das *frentes de atuação*. Na nova estratégia programática, uma *frente de atuação* é definida como “foco de atuação, escolha tática e prioridade estabelecida para contribuir ao objetivo do eixo” (Fonte: Elaboração iCS). Cada *frente de atuação* é determinada através de diálogos e processos analíticos, com a finalidade de concentrar os esforços onde as prioridades do país e suas vantagens comparativas estão alinhadas.

Com relação à temática de uso da terra, em seu início de trabalho o iCS teve escopo geográfico mais focado na Amazônia, com direcionamento de ações envolvendo indígenas e comunidades locais, assim como organizações conservacionistas e aquelas voltadas à agropecuária de pequena, média e grande escala. A partir de 2023, a abordagem do iCS evoluiu para uma atuação em novas frentes, como finanças climáticas, agropecuária regenerativa, restauração florestal e bioeconomia, com o objetivo de catalisar mudanças através do apoio à viabilização, em diferentes formatos, do financiamento a novos modelos de negócio, à inovação tecnológica, à concertação setorial pré-competitiva e às soluções baseadas na natureza replicáveis e escaláveis.

Em termos de energia, o desafio atual no setor elétrico é percorrer a “última milha” da descarbonização, uma vez que tem cerca de 90% (em capacidade instalada e energia gerada) em renováveis. Com o impacto da mudança do clima sobre os reservatórios hidroelétricos, há necessidade de inovar nos modelos operacional e de mercado, para minimizar custos sem comprometer a segurança energética. O apoio à descarbonização do setor industrial também precisa evoluir rapidamente, uma vez que a atividade industrial é fortemente impactada pelo custo da energia, assim como o setor transporte, que nunca teve recursos suficientes para ser abordado em seu conjunto. O iCS aposta em trabalhos conjuntos com a empresa para a transição no setor de combustíveis, junto a projetos em refinarias para instalação de linhas de produção, voltados à produção e uso de combustíveis renováveis ou de baixo carbono.

Assim, no início da implementação da nova estratégia, as *frentes de atuação* para cada eixo são as seguintes:

EIXO Uso da Terra, UT

Frentes de atuação: *I. Bioeconomia e restauração florestal*

II. Agro e sistemas alimentares

III. Emissões do uso da terra

EIXO Transição energética, industrial e de transportes, ENERGIA,

Frentes de atuação: *I. Renováveis*

II. Combustíveis fósseis

III. Transição industrial justa

IV. Nordeste

EIXO Política climática e arcabouço institucional, POLIT CLIM

Frentes de atuação: *I. Política nacional*

II. Política subnacional

III. Política internacional

IV. Economia e Finanças

V. Adaptação

EIXO Engajamento, agentes de mudança e governança climática, AGENTES

Frentes de atuação: *I. Fortalecimento de povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais (PIQCTs) na ação e governança climática*

II. Fortalecimento de territórios através da adaptação baseada em comunidades (CbA)

III. Comunicação e Mobilização

EIXO Oportunidades, OPORTUNIDADE

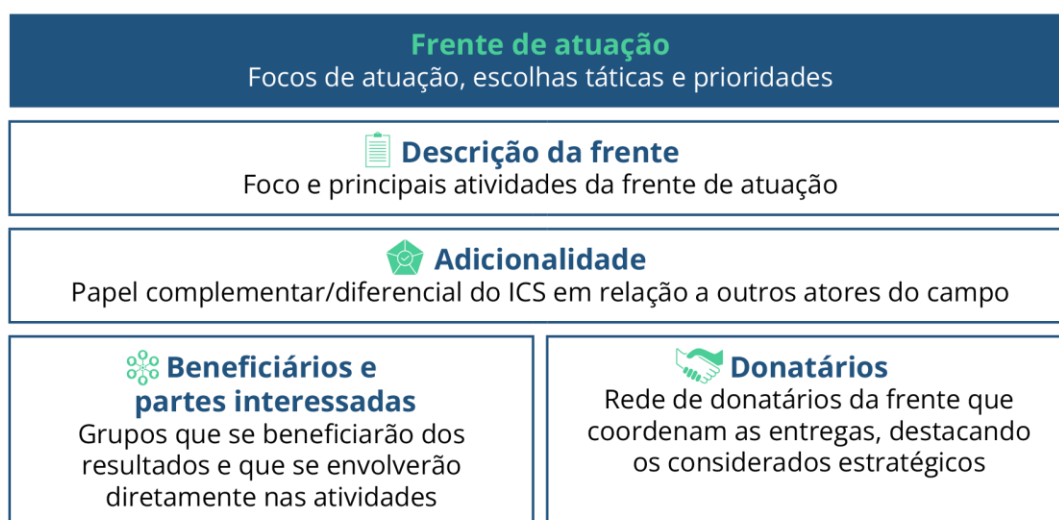
Frentes de atuação: *O eixo 5 não tem frentes de atuação, pois as suas iniciativas têm caráter temporário, de inovação e de exploração. Na medida em que uma iniciativa se mostra estruturada, ela se transforma numa nova frente ou é absorvida por uma existente nos outros quatro eixos.*

Também como resultado desse diálogo e análise é estabelecido o plano de trabalho para cada eixo, consistente com a conjuntura do momento em que ele for realizado, permitindo flexibilidade à atuação do iCS. Os planos de trabalho podem ser revisados pelas equipes técnicas de acordo com mudanças relevantes no contexto local e internacional, embora mantendo a estrutura de áreas de concentração (*eixos estratégicos*) estabelecida na estratégia, com vigência de 5 anos. Nesse nível, a estratégia só poderá ser revisada pela administração/conselho.

Narrativa e marco lógico das frentes de atuação.

Para cada frente, o iCS apoia sua seleção em uma série de elementos que trabalham juntos para construir um forte argumento. Isso significa que a narrativa para cada frente é construída sobre fundamentos que vão além da descrição de atividades. Ela inclui o papel complementar/diferencial do ICS em relação a outros atores do campo (adicionalidade da abordagem do iCS), bem como parceiros definidos, beneficiários, partes interessadas e donatários (Figura 3).

Figura 3. – Diagnóstico e narrativa da frente de atuação



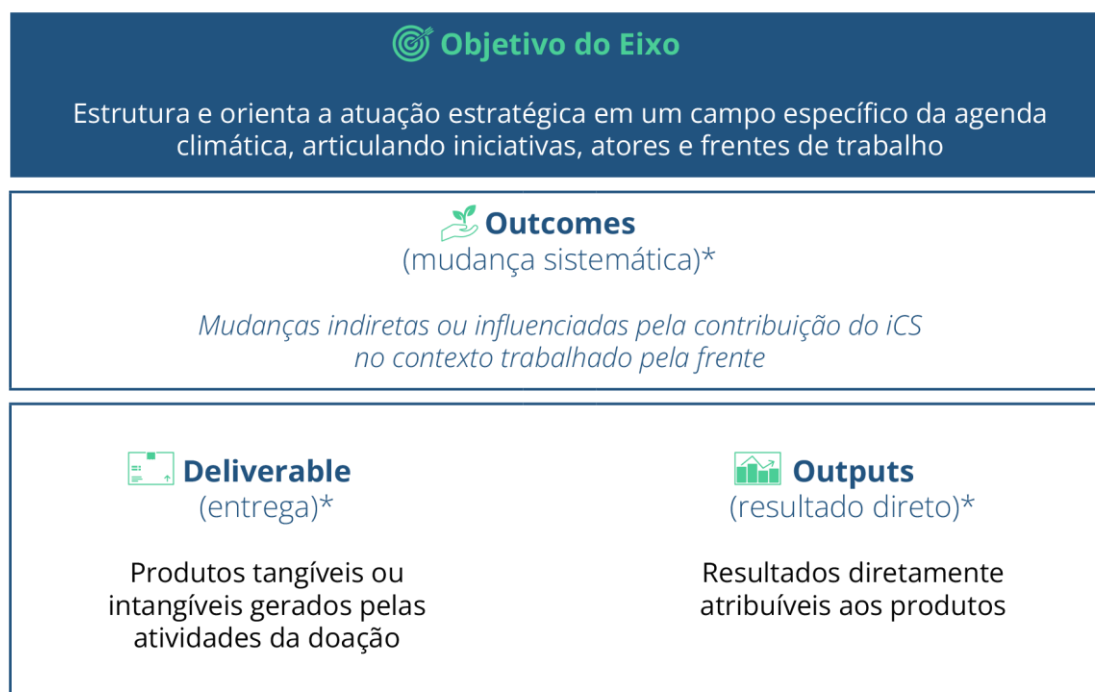
Fonte: Elaboração iCS

Após a seleção, ainda é desenvolvido um marco lógico para cada frente, que traduz a narrativa em uma lógica vertical que vincula cada atividade com os objetivos dos eixos. A finalidade desse processo é fornecer informações sobre o grau em que o iCS alinha a alocação dos recursos com suas prioridades estratégicas, além de prover um conjunto de ferramentas para ajudar as equipes de projetos a formular intervenções eficazes, fornecer dados transparentes sobre a execução, analisar sistematicamente os resultados e derivar lições aprendidas das doações. Nesse sentido, o marco lógico

é considerado um passo importante para fortalecer a eficácia e a prestação de contas do iCS, assim como o alinhamento estratégico de suas atividades na prática.

A nova estratégia evoluirá para um conjunto ambicioso de métricas de desempenho, incorporadas no marco lógico de cada frente, que será a base para o acompanhamento do progresso em relação aos objetivos. Nesse marco lógico, a teoria da mudança descreve as relações causais entre as diferentes etapas que vinculam atividades específicas do iCS e seus donatários com sua contribuição para alcançar o objetivo esperado. Essas etapas são: (i) entrega de insumos e atividades (*deliverables*) pelo donatário (ii) realização de resultados (de *deliverables* para *outputs*); e (iii) alcance de impacto (de *outputs* para *outcomes*). Ao definir cada uma dessas etapas, o iCS considera elementos como os atores envolvidos, a sequência das ações requeridas e o horizonte temporal necessário. Assim, o foco operacional e os recursos organizacionais do iCS visarão entregar produtos ou serviços (*deliverables*) que promovam diretamente o avanço dos resultados diretos (*outputs*), buscando progressos tangíveis em cada um deles, enquanto se coletarão evidências relevantes sobre a relação deles com possíveis mudanças no contexto geral (*outcomes*) direcionado pela frente (Figura 4). O Anexo I apresenta os *outcomes* propostos para cada *frente de atuação*, por *eixo estratégico*.

Figura 4. – Teoria da mudança da frente de atuação



*Termos entre parênteses indicam linguagem em português para cada etapa

Fonte: Elaboração iCS

Dentro desse marco lógico, está previsto mensurar a contribuição do iCS em cada *frente de atuação* por meio de uma avaliação de ciclo programático para medir o progresso em relação às metas (avaliações com recortes específicos). A periodicidade dessas avaliações será de, ao menos, uma vez por ano.

Anexo I. – Outcomes e indicadores por frente de atuação

Eixo Uso da Terra

Objetivo Estratégico: Apoiar a transição do setor de uso da terra e do sistema agroalimentar rumo a modelos produtivos resilientes de baixo carbono

Adicionalidade: Promoção de estratégias integradas e alianças entre sociedade civil, academia, governos, corporações e instituições financeiras, alinhando agendas e destravando cooperação

Indicadores por frente de atuação:

Frente	Outcome (Mudança Sistêmica)	Meta à qual contribui (Plano Clima)	Indicadores de Mudança Sistêmica [por outcome]	Indicadores de Resultados diretos [da frente]
Bioeconomia e Restauração Florestal	Melhora da renda e qualidade de vida das populações residentes em áreas com alta cobertura florestal (ex.: Amazônia Legal), impulsionada pela bioeconomia.	Aumento da participação na economia brasileira dos principais produtos da bioeconomia (Açaí, Cacau e Castanha) até 2030	• Municípios com alta cobertura de vegetação nativa (MapBiomas) • PIB per capita (IBGE) em municípios com alta cobertura de vegetação nativa • Indicador IPS (IPS Brasil) em municípios com alta cobertura de vegetação nativa • Variação % no valor comercial dos Principais Produtos da Bioeconomia (Extração vegetal , lavoura permanente e aquicultura) • Variação % do valor comercial (em R\$) de exportação de produtos da bioeconomia • Variação % no volume de crédito rural contratado para produtos da Biodiversidade	• N° de instrumentos públicos aprimorados ou elaborados pró fortalecimento da bioeconomia • N° de instrumentos públicos aprimorados ou elaborados pró restauração florestal • N° de Estados (N, NE, CO) que aprimoram a análise de CAR e PRA • N° de linhas de financiamento ou incentivos criados ou aprimorados para financiar investimentos em bioeconomia • N° de linhas de financiamento ou incentivos criados ou aprimorados para financiar projetos de restauração • N° de instrumentos habilitadores formalizados ou aprimorados para fomentar investimentos em bioeconomia e restauração florestal • N° de coalizões criadas ou fortalecidas voltadas à bioeconomia e restauração florestal • N° de espaços decisórios aprimorados ou instituídos voltados à bioeconomia e restauração de vegetação nativa • N° de comunidades que tiveram infraestrutura criada ou aprimorada • N° de pessoas capacitadas para bioeconomia • Volume de investimentos compromissados ou desembolsados direcionados para restauração de vegetação nativa • Volume de investimentos compromissados ou desembolsados direcionados para bioeconomia
	Restauração de vegetação nativa, contribuindo para o cumprimento da NDC brasileira.	12Mha até 2030 (Meta NDC brasileira)	• Ha de áreas degradadas restauradas	

				• N° de pessoas capacitadas para atuação com restauração e defesa ambiental
Agro e Sistemas Alimentares	Recuperação de pastagens degradadas, com a adoção de práticas agropecuárias regenerativas e avanço na rastreabilidade.	40Mha até 2035 (Em alinhamento com programa Caminho Verde)	• - variação % de emissões de metano/cabeça de gado (vs. 2020) • - variação % de emissões de óxido nitroso / cabeça de gado (vs. 2020); • - Ha de áreas de pastagens degradadas recuperadas • - Variação% do número de frigoríficos que aderiram aos protocolos de rastreabilidade	• N° de instrumentos públicos aprimorados ou elaborados pró (i) recuperação de pastagens degradadas, (ii) práticas agropecuárias regenerativas e (iii) rastreabilidade • N° de retrocessos evitados • N° de linhas de financiamento ou incentivos criados ou aprimorados • N° de instrumentos habilitadores formalizados ou aprimorados • N° de mecanismos de avaliação de risco climático criados ou aprimorados • N° de coalizões criadas ou fortalecidas voltadas à recuperação de pastagens degradadas e avanço na rastreabilidade • N° de espaços decisórios relevantes criados ou fortalecidos voltados à recuperação de pastagens degradadas e avanço na rastreabilidade • N° de tomadores de decisão/stakeholders estratégicos que demonstram compromisso público • N° de organizações que usam plataformas de dados desenvolvidas por donatários ou com contribuição deles • N° de pessoas capacitadas para atuação como ativadores/agentes de crédito • N° de atores da cadeia da carne que incorporaram protocolos de rastreabilidade

Direcionamento de mecanismos públicos e privados (ex.: Seguros climáticos, garantias e blended finance) de financiamento e mitigação de riscos a práticas agropecuárias regenerativas e sistemas alimentares sustentáveis.

30% dos recursos do PLANO SAFRA e do PRONAF destinados e desembolsados para práticas regenerativas (Ano base 2024); Criação e adoção da taxonomia sustentável da agropecuária até 2030

- Variação % no Volume de crédito rural alinhado à Sustentabilidade
- Variação % do valor transferido pelo PNAE utilizado para aquisição de produtos de agricultura familiar
- Volume de recursos disponibilizado em mecanismos de blended finance para práticas agropecuárias regenerativas e sistemas alimentares sustentáveis
- % de institucionalização de ferramentas de rastreabilidade nas Unidades Federativas (UFs)

Emissões de Uso da Terra

Redução do desmatamento em todos os biomas, com a eliminação do desmatamento ilegal e a compensação da não supressão legal de vegetação nativa.

Desmatamento zero até 2030

- - Taxa e Variação % anual da taxa de desmatamento geral por bioma
- - Taxa e Redução % de Desmatamento
- % da área desmatada no Brasil com medidas de acompanhamento (penalidades) por órgãos ambientais por bioma
- Aumento % do número de CAR analisados

- N° de instrumentos públicos aprimorados ou elaborados pró combate ao desmatamento
- N° de retrocessos evitados
- N° de linhas de financiamento ou incentivos criados ou aprimorados
- N° de instrumentos habilitadores formalizados ou aprimorados
- N° de coalizões criadas ou fortalecidas a favor do combate ao desmatamento ilegal
- N° de tomadores de decisão/stakeholders estratégicos que demonstram compromisso público
- N° de decisões judiciais ou normativas que incorporam salvaguardas ou anulam retrocessos
- N° de aprimoramentos em processos que favorecem a destinação de terras públicas

Designação de terras públicas não destinadas, assegurando regularização fundiária, garantia de territórios para PIQCTs e criação e ampliação de unidades de conservação de Proteção Integral.

30Mha até 2030

- Área de Glebas Federais destinadas % destinado para PIQ % destinado para Assentamentos Federais % destinado a Unidades de Conservação

Eixo Transição Energética, Industrial e de Transportes

Objetivo Estratégico: Promover a descarbonização da matriz e dos sistemas energéticos, industriais e de transporte de forma justa, com segurança e acessibilidade

Adicionalidade: Amplia e reforça a atuação de organizações brasileiras na transição energética e industrial, alinhando setores público e privados e integrando agendas de energia, desenvolvimento industrial, inclusão social e justiça climática

Indicadores por frente de atuação:

Frente	Outcome (Mudança Sistêmica)	Meta à qual contribui (Plano Clima)	Indicadores de Mudança Sistêmica [por outcome]	Indicadores de Resultados diretos [da frente]
Renováveis	Aumento da participação média de fontes renováveis na matriz elétrica de forma sustentável.	92% da matriz elétrica renovável até 2035	Participação (%) das fontes renováveis na capacidade total instalada na matriz elétrica brasileira	• N° de instrumentos públicos aprimorados ou elaborados pró-renováveis • N° de instrumentos públicos aprimorados ou elaborados restringindo fósseis • N° de linhas de financiamento ou incentivos criados ou aprimorados para financiar, de forma sustentável, fontes renováveis • N° de instrumentos habilitadores formalizados ou aprimorados para fomentar, de forma sustentável, investimentos em fontes renováveis • N° de coalizões (fóruns, grupos de trabalho interinstitucionais ou multisetoriais) criadas ou fortalecidas sobre fontes renováveis • N° de espaços decisórios aprimorados ou instituídos com a participação de governos, setor privado e sociedade civil sobre energia renovável • N° de tomadores de decisão/stakeholders estratégicos que demonstram compromisso público com agenda de transição energética e industrial • N° de famílias beneficiadas com soluções de energia limpa • Capacidade instalada (MW) de fontes renováveis em comunidades vulneráveis • N° de pessoas capacitadas para atuação na transição energética
			Participação (%) das fontes renováveis na geração de energia elétrica	

	Redução das emissões de produção de energia, reduzindo a dependência e exploração de combustíveis fósseis com geração de novos empregos	Entre -35% e -54% até 2035 (em relação a 2022)	Volume de nova capacidade de geração termelétrica a gás com operação inflexível em desenvolvimento (GW)	
			% de Redução das Emissões provenientes da produção de energia elétrica	
Combustíveis Fósseis	Redução das emissões do transporte, por meio do aumento do uso dos biocombustíveis sustentáveis.	-16% até 2035 (em relação a 2022)	% de redução de emissões brutas de GEEs nos setores de transporte marítimo e de aviação	• Nº de vagas de qualificação profissional ofertadas pelo Sistema S para cadeia produtiva de biocombustíveis sustentáveis de aviação e marítimo • Nº de linhas de financiamento ou incentivos criados ou aprimorados para financiar biocombustíveis de aviação e marítimo e de infraestrutura relacionada • Nº de coalizões criadas ou fortalecidas a favor do uso de biocombustíveis sustentáveis para aviação e transporte marítimo • Nº de tomadores de decisão que demonstram compromisso público com xxxx • Volume de investimentos (R\$) direcionados aos biocombustíveis sustentáveis de aviação e marítimo
	Aceitação dos critérios de sustentabilidade de produção dos biocombustíveis internacionalmente, e redução de barreiras políticas, regulatórias e financeiras para viabilizar investimentos.	Inclusão de rotas de produção de biocombustíveis brasileiros na lista aceita pela CORSIA e IMO; Aumento de incentivos e linhas de financiamento para produção e infraestrutura	Aumento (%) do Volume total anual exportado de biocombustíveis	
			Aumento (%) no número de certificados ISCC-CORSIA ou ISCC-CORSIA PLUS emitidos para o Brasil válidos a cada ano	
Transição Industrial Justa	Redução das emissões do setor industrial e liderança global na exportação de produtos de baixo carbono	Entre -13% e -34% até 2035 (em relação a 2022) Aumento da participação do Brasil nas exportações de produtos de baixo carbono até 2035	% de redução de emissões totais de CO ₂ por valor adicionado industrial (constant US\$)	• Nº de instrumentos públicos aprimorados ou elaborados pró transição industrial justa • Nº de aprimoramentos no processo da elaboração e implementação da Estratégia Nacional de Descarbonização Industrial (ENDI) • Nº de linhas de financiamento ou incentivos criados ou aprimorados para financiar a transição industrial justa e empregos verdes • Nº de instrumentos habilitadores formalizados ou aprimorados para fomentar investimentos em transição industrial justa e empregos verdes • Nº de coalizões (fóruns, grupos de trabalho interinstitucionais ou multisetoriais) criadas ou fortalecidas a favor da transição industrial verde e empregos verdes • Nº rotas de descarbonização criadas ou aprimoradas
	Aumento da distribuição de empregos ocupados em atividades verdes de forma inclusiva e qualificada.	Aumento da participação dos empregos verdes no total da ocupação brasileira até 2035	Percentual de ocupados em atividades verdes em relação ao total de ocupados (metodologia UFRJ)	

				• Volume de investimentos (públicos e privados) compromissados ou desembolsados direcionados para transição industrial justa • N° de pessoas capacitadas relacionadas à transição industrial justa e empregos verdes
--	--	--	--	---

Nordeste	Nordeste se torna modelo de desenvolvimento regional a partir de matriz energética limpa e industrialização verde (powershoring) até 2035.	Atração de investimentos em powershoring na região	Percentual de ocupados em atividades verdes em relação ao total de ocupados (metodologia UFRJ) - no Nordeste	• N° de instrumentos públicos aprimorados ou elaborados pró industrialização verde (powershoring) • N° de linhas de financiamento ou incentivos criados ou aprimorados para financiar infraestrutura/indústria de baixo carbono no Nordeste • N° de coalizões (fóruns, grupos de trabalho interinstitucionais ou multisetoriais) criadas ou fortalecidas sobre a agenda de powershoring • N° de acordos de cooperação / parcerias firmados sobre a agenda de powershoring • N° de participações de lideranças do Nordeste em espaços relacionados a governança climática • N° de comunidades energéticas formadas ou fortalecidas • N° de famílias beneficiadas com soluções de energia limpa no Nordeste • N° de pessoas capacitadas para "empregos verdes" em polos industriais estratégicos no Nordeste
----------	--	--	--	---

Participação (%) das fontes renováveis na geração de eletricidade na Região Nordeste

⁶ Em relação a 2022, segundo meta Plano Setorial de Energia em processo de consulta pública (ago/25)

⁷ Em relação a 2022, segundo meta Plano Setorial de Transporte em processo de consulta pública (ago/25)

⁸ Como combustíveis de baixo carbono, fertilizantes verdes e aço/ferro verdes.

⁹ Em relação a 2022, segundo meta do plano clima de indústria em processo de consulta pública

¹⁰ Necessária definição de atividades a serem classificadas como verdes e formalização a serem considerada

Eixo Política Climática e Arcabouço Institucional

Objetivo Estratégico: promover ambientes institucionais, regulatórios e econômicos para a implementação de políticas climáticas baseadas em evidências e participação de atores-chave.

Adicionalidade: Fortalece a formulação e implementação de políticas robustas e promove espaços de consulta e participação social, combinando rigor técnico com capacidade de articulação.

Indicadores por frente de atuação:

Frente	Outcome (Mudança Sistêmica)	Meta à qual contribui (Plano Clima)	Indicadores de Mudança Sistêmica [por outcome]	Indicadores de Resultados diretos [da frente]
Política Internacional	Consolidação do protagonismo internacional do Brasil em agendas de descarbonização, financiamento climático e adaptação. Expansão da capacidade das organizações brasileiras de monitoramento e incidência internacional, para além da UNFCCC.	Implementação em nível global das decisões adotadas sob a presidência brasileira nas COPs, BRICS e G20; Liderança de iniciativas globais pelo Brasil em fóruns internacionais, tais como BRICS e o G20	Grau de implementação mecanismos climáticos prioritários do legado brasileiro após a presidência do G20 e da COP-30 (Tropical Forest Forever Facility - TFFF; Resilient Agriculture Investment for Net-zero Land Degradation - RALZ; Country Platforms Hub) Grau de Institucionalização de Coalizões prioritárias legadas do G20 e da COP30	• Nº de atos internacionais celebrados pelo Brasil • Nº de posicionamentos do Brasil no plano Internacional • Nº de donatários credenciados como observadores em espaços de governança climática internacional • Nº de donatários participantes de agendas internacionais
Política Nacional	Continuidade e avanço na implementação do Plano Clima, com governança e recursos	Implementação do Plano Clima, garantindo a sua continuidade no novo ciclo político	Grau de implementação do Plano Clima (por. Ex. sistema Indica Clima) Grau de consolidação da articulação interna do governo (por exemplo, CIM, grupos interministeriais) Valor anual (R\$) de recursos desembolsados para a política climática (Fundo Amazônia, Fundo Clima (reembolsáveis-BNDES e não-reembolsáveis-MMA), contrapartidas Fundo Clima, Plano Safra/ Agroícone + Ecoinvest	• Nº de instrumentos públicos elaborados ou aprimorados que integram metas e ações do Plano Clima • Nº de linhas de financiamento ou incentivos criados ou aprimorados voltados à implementação do Plano Clima • Nº de instrumentos habilitadores formalizados ou aprimorados para fomentar investimentos voltados à implementação do Plano Clima • Nº de coalizões criadas ou fortalecidas voltadas às políticas climáticas • Nº de mecanismos ou plataformas de monitoramento de risco climático ou de implementação de planos no nível federal

Política Subnacional	Implementação de planos locais e regionais de clima com base em indicadores sólidos, priorizando investimentos nos setores de maior risco climático.	260 planos locais e regionais concluídos até 2027 (Conforme projeto do MMA Adapta Cidades, que busca apoiar estados e municípios com recursos técnicos e financeiros para o desenvolvimento de estratégias e planos locais e regionais de adaptação, no qual cada estado indicará 10 municípios prioritários com alto índice de risco climático) e implementados até 2035	Grau de desenvolvimento do Planejamento Climáticos (Mitigação e Adaptação) % de estados / municípios que atingiram estágio avançado quanto à existência de planos, políticas e ou estratégias de clima (em relação aos analisados pelo Climate Scanner) % de UFs com nível 3 ou 4 em termos de mecanismos de financiamento % de estados / municípios que atingiram estágio avançado quanto às finanças climáticas (em relação aos analisados pelo Climate Scanner)	• Nº de instrumentos de política climática estaduais/municipais elaborados ou aprimorados • Nº de pautas nos níveis estaduais/municipais avessas a mitigação e adaptação evitadas • Nº de linhas de financiamento criados ou aprimorados para apoiar a implementação de planos locais e regionais de adaptação e o cumprimento de compromissos climáticos • Nº de instrumentos habilitadores formalizados ou aprimorados para viabilizar investimentos em adaptação e no cumprimento de compromissos climáticos locais e regionais • Nº de coalizões criadas ou fortalecidas a favor da implementação de planos locais e regionais relacionados a compromissos climáticos nos estados • No. de Soluções Climáticas cadastradas no BSC • No. de soluções climáticas nos estados e municípios elaboradas ou replicadas
	Implementação dos compromissos climáticos pelos Estados.	Redução das emissões de estados chave em linha com meta NDC; Estruturação de um pacto federativo climático até 2030	Grau médio de desenvolvimento da governança para implementação de políticas climáticas das UFs Grau médio de desenvolvimento de fundos/mecanismos de financiamento de políticas ambientais e climáticas das UFs % de redução de gases de efeito estufa por estado	
Economia e Finanças	Incorporação da agenda climática de forma estruturante na política fiscal e nos processos de planejamento, formulação de políticas e estratégias de investimento público.	Promoção da integração da perspectiva climática aos instrumentos de planejamento territorial e orçamentário	Número de políticas fiscais federais e estaduais pró-clima lançadas (Royalties, Fundo do ES) e mecanismos financeiros para responder a catástrofes climáticas % da despesa primária federal classificada como "principal" ou "significativa" para Mudanças Climáticas na LOA (inclui adaptação e mitigação) Grau de integração entre Economia e Clima na academia (em dissertações de mestrado e teses de doutorado)	• Nº de instrumentos de planejamento de desenvolvimento econômico e social e/ou instrumentos fiscais com critérios climáticos formalmente incorporados • Nº de contribuições que subsidiaram decisões sobre mercados de carbono voluntário e regulado ou mecanismos do Artigo 6 • Nº de instrumentos públicos para estabelecimento de padrões climáticos para os mercado financeiro, de capitais e seguros aprimorados ou elaborados • Nº de instrumentos habilitadores formalizados ou aprimorados para viabilizar investimentos em mercados de carbono voluntário, regulado ou mecanismos do Artigo 6
	Consolidação de um ecossistema institucional, e implementação do Sistema Brasileiro de Comércio de	Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões (SBCE) — incluindo mercado regulado,	Índice de Operacionalização do SBCE	• Nº de instrumentos financeiros climáticos lançados ou aprimorados • Nº de regulações, instrumentos financeiros e

Emissões (SBCE), com governança robusta, transparente e regras claras no regulado e voluntário, que resulte num mercado brasileiro de carbono com credibilidade e conectado aos acordos internacionais

voluntário e Artigo 6 — plenamente operacional até 2030

processos que incorporam critérios da Taxonomia Sustentável Brasileira

- Nº de coalizões criadas ou fortalecidas para discussão de temáticas ligadas a economia e clima
- Nº de iniciativas colaborativas que conectam academia, governo, setor privado e sociedade civil em agendas de economia e clima
- Nº de iniciativas para aceleração ou empreendimentos climáticos
- Nº de operações financeiras desembolsadas

Viabilização de mecanismos financeiros que mobilizem investimentos em mitigação e adaptação climática, garantindo reporte e monitoramento de empresas e inteligência de dados, em agendas resilientes a ciclos políticos

Articulação de fontes de financiamento (públicas, privadas e internacionais), explorando instrumentos como fundos climáticos, seguros, equity e garantias para mitigar perdas e atrair capital de longo prazo. Implementação da Taxonomia Sustentável Brasileira, integrada à regulação

Captação líquida anual (USD) em emissões soberanas sustentáveis, restrita à parcela alocada em finalidades climáticas (mitigação e adaptação)

Volume (R\$) de capital catalítico mobilizado

Adaptação

Consolidação do protagonismo internacional do Brasil na agenda de Adaptação Climática.

Liderança de iniciativas globais pelo Brasil em fóruns internacionais, tais como BRICS e o G20

Número de lançamentos de boas metodologias, métricas e práticas nas COP31 e COP32 e eventos globais de adaptação (NYCW, LCW, ACW)

- Nº de instrumentos públicos voltados à adaptação
- Nº de coalizões que participaram de processos de formulação, revisão ou monitoramento de ações de Adaptação
- Nº de organizações que firmaram acordos técnicos para aprimoramentos tecnológicos no AdaptaBrasil
- Nº de mecanismos ou plataformas de dados de adaptação e vulnerabilidades
- Nº de organizações que utilizaram mecanismos ou plataformas de dados
- Nº de pautas nos níveis estaduais/municipais avessas a mitigação e adaptação evitadas

Fortalecimento do ambiente habilitador para o desenvolvimento de políticas e implementação de ações de adaptação climática - com base em dados, indicadores qualificados (Adapta Brasil) e incorporação de riscos na construção de uma infraestrutura resiliente

Indicadores de risco e vulnerabilidade climáticas em plataforma eletrônica pública e transparente, atualizada sistematicamente Crescimento de planos subnacionais e corporativos de adaptação e resiliência climática (zero em 2025) baseados nos Indicadores de risco e vulnerabilidade da plataforma eletrônica pública Adapta Brasil

% de UFS com Planos de Adaptação
% de UFS com Planos de Adaptação que mencionam os dados do Adapta Brasil

Índice de Capacidade Institucional para Endereçamento das Mudanças Climáticas (análise separada para nível nacional, estados e municípios)

Valores (R\$) e população atendida (N) por concessões públicas e PPPs que considerem a gestão de riscos climáticos em infraestrutura, em especial de saneamento, nos municípios com prioritários

Viabilização de mecanismos financeiros que mobilizem investimentos em adaptação climática, garantindo o cumprimento da nova NDC e contemplando também seus aspectos sociais e de desenvolvimento

Fomentar mecanismos inovadores (como seguros, equity e garantias) e articular o orçamento público para atrair e alavancar recursos privados e internacionais, destinando fundos públicos especificamente a projetos de adaptação que reduzam desigualdades históricas

Captação líquida anual (USD) em emissões soberanas sustentáveis, restrita à parcela alocada para adaptação

Volume (R\$) de capital catalítico mobilizado (filtrar infraestrutura verde e adaptação)

Eixo Engajamento, Agentes de Mudança e Governança Climática

Objetivo estratégico: Promover narrativas de iniciativas para impulsionar ações climáticas com redução de des

Adicionalidade: Fortalece movimentos e lideranças da sociedade civil para incidir em políticas nacionais e espaços globais, ampliando a relevância e a capilaridade das narrativas climáticas e qualificando sua atuação nos espaços de governança climática.

Indicadores por frente de atuação:

Frente	Outcome (Mudança Sistêmica)	Meta à qual contribui (Plano Clima)	Indicadores de Mudança Sistêmica [por outcome]	Indicadores de Resultados diretos [da frente]
Fortalecimento de povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais (PIQCTs) na ação e governança climática	Representantes de PIQCTs incidem de forma qualificada e efetiva em políticas climáticas prioritárias	• Acelerar a titulação de territórios quilombolas e indígenas, a criação de Reservas Extrativistas e Reservas de Desenvolvimento Sustentável • Aumento dos recursos acessados diretamente por organizações lideradas por PIQCTs	Área total (hectares) de territórios protegidos e regularizados para Povos Indígenas	• N° de instrumentos públicos aprimorados ou elaborados pró proteção e gestão territoriais para PIQCTs • N° de posicionamentos do Brasil no plano Internacional que incorporaram conhecimentos produzidos pelos donatários • N° de linhas de financiamento ou incentivos criados ou aprimorados para fomentar a atuação de PIQCTs • Volume de investimentos (públicos e privados) comprometidos ou desembolsados direcionados a organizações indígenas • % de satisfação em iniciativas de formação de PIQCTs • N° de participações de lideranças PIQCTs em espaços de governança climática estratégicos • N° de aprimoramentos em processos que favoreçam a destinação de territórios para PIQCTs • N° de territórios de PIQCTs com planos de adaptação às mudanças climáticas elaborados ou aprimorados • N° de Planos de Gestão Territorial de Territórios PIQCTs publicados e protocolados em órgãos competentes • N° de soluções de base comunitária lideradas por PIQCTs
			Área total (hectares) de territórios protegidos e regularizados para Comunidades Quilombolas	
			% de entes federativos que atingiram engajamento avançado de representantes de PIQCTs na elaboração e implementação de estratégias, políticas e planos climáticos.	

	Proteção e gestão territoriais criam soluções para mitigação, resiliência e adaptação climáticas	Levantar soluções e práticas indígenas de adaptação e resiliência às mudanças do clima	Taxa de desmatamento em Territórios Indígenas e Quilombolas	
Fortalecimento de territórios através da adaptação baseada em comunidades	Comunidades urbanas periféricas, territórios indígenas, comunidades tradicionais e rurais codesenham estratégias de adaptação baseadas em dados climáticos, socioeconômicos e saberes locais.	- Avanço nos planos de adaptação, garantindo a participação social e considerando a diversidade territorial e os cenários climáticos - Inserir camada de dados sobre povos e TIs em pelo menos três plataformas de monitoramento e produção de dados (ex: AdaptaBrasil)	Grau de desenvolvimento do Planejamento Climáticos (Mitigação e Adaptação) % de entes federativos que atingiram estágio avançado de inclusão de grupos sociais e/ou econômicos em situação de vulnerabilidade no processo de tomada de decisão sobre a elaboração e implementação de estratégias, políticas e planos climáticos.	- Nº de linhas de financiamento ou incentivos criados ou aprimorados voltados a iniciativas de adaptação baseadas em comunidades - Nº de instrumentos habilitadores formalizados ou aprimorados para fomentar investimentos em adaptação baseada em comunidade - Nº de instrumentos de avaliação de vulnerabilidades climáticas locais construídos ou aprimorados - Nº de comunidades com protocolos de emergência e adaptação elaborados ou implementados - Nº de soluções e boas práticas de adaptação climática implementadas e sistematizadas - Nº de iniciativas de resiliência comunitária desenvolvidas ou aprimoradas
	Desenvolvimento e implementação de soluções integradas de adaptação e resiliência que reduzam a vulnerabilidade de territórios prioritários	- Adoção da Adaptação baseada em Ecossistemas (AbE) como uma estratégia "sistêmica, flexível, socialmente justa e custo-efetiva" para a redução de riscos e vulnerabilidades - Aumentar a resiliência das populações, das cidades, dos territórios e das infraestruturas frente à emergência climática	Índice de Vulnerabilidade Climática dos Municípios	
Comunicação e Mobilização	Debate público brasileiro sobre clima participativo, transparente e conectado com prioridades da população e sua qualidade de vida.	- Brasil dispõe das condições cognitivas, científicas e culturais necessárias para enfrentar os desafios da crise climática com justiça, equidade e inovação. - Promoção da sensibilização e da conscientização pública sobre a mudança do clima, suas causas e abordagens para redução de riscos	Índice de importância dada ao tema das Mudanças Climáticas Índice de disposição para ações pelo clima	- Nº de coalizões criadas ou fortalecidas voltadas ao engajamento e a comunicação climática - Nº matérias/ menções positivas a conteúdos das campanhas em veículos estratégicos - Nº de iniciativas voltadas à implementação territorial de campanhas de comunicação/engajamento - No. de campanhas sobre temas da agenda climática que incorporaram efetivamente saberes de comunidades tradicionais

